



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA- UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO
DO CAMPO

LUCIANO ANTÔNIO DE SOUZA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO
CAMPO

JOÃO PESSOA

2019

LUCIANO ANTÔNIO DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO
CAMPO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
Apresentado ao Curso de Pedagogia, com área
de aprofundamento em Educação do Campo,
junto ao Departamento de Educação do Campo
(DEC), do Centro de Educação UFPB, como
requisito parcial para a obtenção do título de
pedagogo/a.

Orientadora: Profa. Dra. Emília Cristina
Ferreira de Barros

JOÃO PESSOA

2019

**Catálogo na publicação
seção de Catalogação e Classificação**

S729a Souza, Luciano Antonio de.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO
CAMPO / Luciano Antonio de Souza. - João Pessoa, 2019.

46 f. : il.

Orientação: Emília Barros. Monografia (Graduação)
- UFPB/CE.

1. Avaliação da Aprendizagem. 2. Escola do Campo. I. Barros,
Emília. II. Título.

UFPB/BC

LUCIANO ANTÔNIO DE SOUZA

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO
CAMPO**

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em 13/05/2019

Profa. Dra. Emília Cristina Ferreira de Barros
(Orientadora – UFPB/CE/DEBAS)

Profa. Dra. Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho
(Examinadora- UFPB/CE/DEBAS)

Profa. Ms. Cláudia Maria de Lima
(Examinadora – UFPB/CE/DEBAS)

“A avaliação escolar hoje só
faz sentido se tiver o intuito
de buscar caminhos para
melhorar a aprendizagem”
(Jussara Hoffmann).

DEDICO ao SENHOR JESUS por ele ter sido em minha vida, PAI, amigo, conselheiro, durante toda minha vida e em especial esse tempo de estudo, proporcionando-me momentos excelentes para minha alegria e momentos difíceis para o meu aprendizado. OBRIGADO SENHOR JESUS!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por estar sempre ao meu lado, dando-me forças, acalmando e me compreendendo em todos os passos que dei. À minha mãe,(Dona Nininha) que é meu porto seguro em tudo na vida, que sempre cumpriu com os dois papéis - de pai e mãe - com perfeição. A todos os meus professores que de forma positiva ou negativa transformaram meus dias, obrigado pelo conhecimento compartilhado. Quero agradecer em especial à minha querida orientadora, Emília Cristina Ferreira de Barros, por toda sua paciência, todo conhecimento e dedicação no auxílio deste trabalho e às examinadoras, Fernanda Mendes Cabral Albuquerque Coelho e Cláudia Maria de Lima. Obrigado por embarcar nessa etapa importante do meu crescimento acadêmico comigo. Obrigado! A todos que contribuíram direta ou indiretamente. O meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo refletir sobre as questões da avaliação da aprendizagem na perspectiva de três professoras dos anos iniciais do ensino fundamental I, em uma escola pública situada em uma colônia de pescadores na cidade de João Pessoa-PB. A pesquisa de cunho qualitativo e exploratório teve como recurso metodológico a aplicação de questionários com essas professoras visando, a partir de suas respostas, conhecer seus posicionamentos acerca do tema Avaliação da Aprendizagem no contexto de uma escola do campo.

Os resultados analisados apontam que essas professoras estão em sua totalidade avaliando seus educandos de forma processual. Esta pesquisa é de caráter qualitativo exploratório e tem como principais referenciais teóricos autores como Perrenoud (1999), Luckesi (2002) e Hoffmann (2002). Concluímos que o maior desafio da avaliação da aprendizagem é o investimento no processo, com atitudes diferenciadas e o respeito às especificidades de cada aluno. Repensar a prática pedagógica em sala de aula é ter consciência de que, como professores, somos de ser um dos principais responsáveis pelas mudanças necessárias para superar os desafios do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Escola do Campo.

ABSTRACT

This course completion research aims to reflect on subjects of the learning evaluation, from the perspective of three primary school teachers of a public school located in a fishermen's colony in the city of João Pessoa-PB. The qualitative and exploratory research had as a methodological resource the application of questionnaires with these teachers aiming, from their answers, to know their positions about the theme Learning Assessment in the context of a Country School

Results indicates that all teachers are evaluating learners in a process way. This is a qualitative exploratory research based on theoretical references authors such as Perrnoud (1999), Luckesi (2002) and Hoffmann (2002). We conclude that the greatest challenges of learning evaluation is the process investment, with differentiated attitudes and the respect for the singularity of each student. Rethink the pedagogical practice in the classroom is to be conscious, as a teacher, to be one of the main responsible by the changes needed to overcome the challenges of teaching and learning.

keywords: Evaluation of learning. Country School

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PAR – Plano de Ações Articuladas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEA – Programa Escola Ativa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	18
2.1 – Avaliação Formativa	20
2.2 – Avaliação Diagnóstica	21
2.3 – Avaliação Somativa	22
 3. DA NOTA À COMPETÊNCIA; NOVAS FORMAS DE CLASSIFICAR/EXCLUIR?	 23
 4. EDUCAÇÃO DO CAMPO	 25
5. PESQUISA DE CAMPO / METODOLOGIA	32
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
7. CONSIDERAÇÕES	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	46

1. INTRODUÇÃO

O termo avaliação escolar é amplamente discutido e entendido de várias maneiras, de acordo com a vertente pedagógica a qual se está embasada. Na visão tradicional a avaliação é compreendida como instrumento de mensuração da aprendizagem, enquanto na concepção da escola crítico-social dos conteúdos a avaliação é considerada sób o aspecto qualitativo, um mecanismo de compreensão do processo de desenvolvimento do aluno e do próprio ensino (Lacerda, 2013, p.1). Para que possamos abordar tal assunto é necessário entender alguns conceitos deste processo, dentre eles a etimologia da própria palavra avaliação.

De acordo com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, determina que a avaliação seja contínua e cumulativa e que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os aspectos quantitativos nos sistemas de ensino, desta mesma forma os resultados obtidos pelos estudantes ao longo do ano devem ser mais valorizados que a nota de uma prova final.

A avaliação da aprendizagem no âmbito escolar sempre será um meio e não um fim em si mesma. As práticas adotadas nas escolas predominante hoje e realizada dentro de um modelo que pressupõe a educação como um instrumento de conservação e reprodução da sociedade, quase sempre sendo o autoritarismo peça principal para garantia dele modelo social, desse modo utilizando as praticas avaliativas de forma que seja reproduzido esse autoritarismo. Precisamos ter a compreensão que todo o processo avaliativo deverá está sempre preocupado com a educação como um mecanismo de transformação social e não de preservação de práticas regulatórias.

Estamos inseridos em um modelo de sociedade predominantes, em que o poder ainda é centralizado e hierarquizados. Os modelos de exames existentes são os classificatórios, ou seja, classificam os educandos em aprovados e reprovados, assim excluindo aqueles indivíduos que não conseguiram atingir determinada meta. Dessa em maneira em que a avaliação é submetida, observa-se que :

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor sobre o objeto

avaliado passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias (LUCKESI, 1999, p. 34).

É importante ressaltar que existem outras práticas avaliativas que fogem a este estereótipo. Há escolas que realizam avaliações processuais, embora as políticas de sigam este modelo.

A prática da avaliação tem se resumido a apenas o ato de avaliar e classificar cada indivíduo e não o diagnosticar. Ou seja, o valor atribuído a cada educando se faz mais importante que qualquer outro resultado, nesse caso a avaliação traz apenas um propósito de classificar o sujeito num determinado definitivamente determinado. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias (Luckesi, 1999, p. 34). Essa lógica avaliativa está alinhada a política nacional de avaliação (IDEB) que é constituída a partir dos indicadores de desempenho.

A prática da avaliação da aprendizagem normalmente não é utilizada como uma forma de repensar uma prática é sim um instrumento de julgamento ou de classificação. Tendo essa função classificatória, a avaliação da aprendizagem não auxiliar em relação ao avanço do aluno e o crescimento do aluno, vemos que só a avaliações diagnóstica, formativa e processual trás esse resultado. Percebemos que sempre foi atribuído ao professor esse poder de avaliar e classificar, muitas vezes ficou no entendimento que avaliar um aluno e verificar o quanto ele havia assimilado de todo o conteúdo ministrado. Em suma, afirmou Luckesi ao Jornal do Brasil em 2000, “o professor detém o poder: escolhe os assuntos das provas, elabora questões, julga se elas são adequadas, aplica-as, corrige, qualifica, aprova ou reprova. Ao educando cabe submeter-se a esse ritual e temer a exclusão”.

O uso equivocado ou autoritário da avaliação da aprendizagem acarreta em uma conduta disciplinadora de condutas sociais. Essa conduta muitas vezes acaba excluindo alguns alunos por vários motivos, entre eles podemos citar a questão de separação do

que atingiram uma nota satisfatória daqueles que não alcançaram a nota desejada estipulado pelo sistema de ensino.

Perrenoud (1999) relata a questão da classificação da avaliação e suas função entre muitas lógicas, as quais monitoram a aprendizagem, o trabalho e as ligações entre a cooperação em aula e as relações entre escola e família dentre outros entre os profissionais da educação. Ele afirma:

Avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelência em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do Secundário, a orientação para diversos tipos de estudo, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros (PERRENOUD, 1999, p. 9).

Em relação à avaliação a serviço da seleção, Perrenoud explica que tradicionalmente a avaliação é associada a escola à criação de hierarquias. Os aducandos são comparados e depois classificados em conformidade de uma norma de qualidade definida pelo educador ou pelo padrão de modelo dos melhores alunos. A avaliação da aprendizagem só deixará de ser nesse modelo autoritário se o modelo social e a concepção teórico – prática da educação deixar de lado esse cunho de autoritarismo que vem carregando ao longo dos anos. Para a avaliação deixar de lado esse modelo autoritarista precisa ganhar expressividade na questão diagnóstica para com isso ir auxiliando cada educando em seu processo de crescimento para a autonomia.

Historicamente, a avaliação tem sido usada como padrão de referência para acompanhar o desempenho dos alunos, sendo assim usada com um instrumento de mensuração para alcançar um entendimento de que aprendeu e de quem não aprendeu. Consideramos aquele aluno médio e aqueles que aprenderam ou aqueles que pouco aprenderam. O objetivo da avaliação se constitui com essa finalidade de verificar o grau de entendimento de um para outro. Tendo ao fim de todo o processo, separar um grupo distinto de acordo com desempenho. A classificação tem constituído, na opinião de

Perrenoud (1982), praticamente a única fonte de informação a partir da qual o aluno, os encarregados de educação e a escola se têm relacionado.

Como desvantagem da classificação, em primeiro lugar, note-se que a classificação traduz-se numa nota que pouco esclarece, muitas vezes de pouco valor preditivo (pois sendo, as diferenças entre os indivíduos muitas vezes transitórias, entendê-las de modo absoluto pode ser um erro).

A classificação desenvolve, também, sentimentos de competição precoce, na medida em que se constitui, muitas vezes, como a preocupação fundamental dos alunos e dos professores, levando a uma prática quotidiana de luta pela nota e a práticas negativas como as de copiar e de memorizar as matérias ou de procurar iludir o professor. Ela é geradora de conflitos na relação professor-aluno vulneráveis a graves danos na aprendizagem.

A fim de problematizar essa discussão o trabalho de Conclusão de Curso, aqui apresentado têm como objetivo principal abordar uma pesquisa realizada em uma escola, situada na cidade de João Pessoa, em no litoral da Paraíba, tendo seu publico alvo as comunidades de colônias de pescadores existentes na região na qual a mesma encontra-se inseridas. O tema abordado nesse trabalho busca analisar práticas avaliativas realizada por três professores do ensino fundamental, sendo do 1º, 2º e 3º ano. Essa temática me despertou o interesse quando eu tive o primeiro contato com um livro que tratava do tema abordado. Mediante a leitura dessa obra (Avaliação Mediadora) de Jussara Hoffmann que nasceu a vontade de estudar um pouco mais sobre o tema aqui abordado. Para Hoffmann (2004), a concepção sobre avaliação mediadora é considerar exatamente tudo o que o aluno faz em sua individualidade, utilizando relatórios com informações sobre o desenvolvimento de cada um.

Com o contato que tivemos com o campo de estágio durante minha formação acadêmica percebemos que pouca coisa mudou, daquela época aos dias atuais. Me deparei com a difícil tarefa da aplicação da avaliação de comprometer todo o aprendizado daqueles que são avaliados.

A concepção de avaliação a qual nos associamos conceitualmente, que busca fazer parte de todo o processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno como do professor, é a avaliação que o tempo todo busca entender todas as situações didáticas que cerca os alunos e os educadores, com o propósito que essa possa ser uma ponte de

intermediação acerca das reflexão e apropriação da consciência e tomadas de decisões sobre a prática.

Dessa maneira, buscaremos trabalhar com estudiosos como: Luckesi (2005), Jussara Roffmann (1994), Philippe Perrenoud (1986), que tratam do tema sobre a perspectiva avaliativa e por fim, buscaremos respostas pertinentes do conteúdo, e contribuir com as prováveis tomadas de decisões em relação às hipótese levantada sobre a solução do problema. Usaremos como instrumento de mediação para essa pesquisa, leitura com diferentes autores que trata do tema, e uma pesquisa de campo realizada na escola acima citada. O problema que norteou esta pesquisa foi “compreender em qual ou quais perspectivas estão sendo trabalhada em Avaliação da Aprendizagem na Escola do Campo”?

Como aluno do Curso de Pedagogia presenciei, algumas situações de dificuldades nas questões da avaliação escolar, nas unidades educacionais em que eu fiz os estágios. Percebi as dificuldades de alguns professores no sentido de instituir um modelo de avaliação que esteja baseado na compreensão do desenvolvimento da aprendizagem do aluno, bem como dos próprios processos de ensino. Foi nesse contato inicial com essas escolas que me despertou a buscar estudiosos que são referências acerca do tema abordado.

Mediante a tais vivências, buscamos compreender por meio dessa pesquisa, qual seria a maneira mais adequada para avaliar esses educandos, sem trazer maiores danos em toda sua vida escolar, por falta de uma metodologia não apropriada na forma de avaliar. Pois muitas vezes o fracasso escolar é sempre atribuído aos alunos, as vezes esses fracassos também são atribuídos as instituições escolares. Quando tornamos o fracasso escolar como algo sem muito significado, aceitável e indiscutível, tiramos do professor e da unidade escolar a responsabilidade com a aprendizagem dos alunos. Sob essa perspectiva, destacamos a função da avaliação da aprendizagem como um instrumento mediador.

A perspectiva de avaliação mediadora pretende, essencialmente, opor-se ao modelo do ‘transmitir-verificar-registrar’ e evoluir no sentido de uma ação reflexiva e desafiadora do educador em termos de contribuir, elucidar, favorecer a troca de idéias entre e com seus alunos, num movimento de superação do saber transmitido a uma produção de saber enriquecido, construído a partir da compreensão

dos fenômenos estudados. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-as (HOFFMANN, 2009, p. 116).

Relacionando o fracasso escolar, acreditamos que o aluno muitas vezes não são os culpados pelo baixo rendimento nas avaliações propostas e sim pelos métodos que os professores aplicam em sala de aula.

As sugestões que as avaliações poderá ser aplicadas de forma heterogêneas para todos os educandos, devido o motivo de ser indivíduos singulares e cada um ter suas particularidades em se tratando de seu conhecimento e cada um têm um determinado tempo de aprendizagem e grau de conhecimento diferenciado.

Compreendemos que as práticas pedagógicas no que tange a avaliação da aprendizagem nas escolas também pode ser um fator no que se refere ao fracasso escolar, de acordo (FREIRE, 1979, p.96) “A educação é um ato de amor”. Para que possamos utilizar desse amor citado por Freire precisamos está sempre fazer uma reflexão diária acerca das avaliações que estamos utilizando em nossas salas de aula para com os nossos educandos se e uma avaliação classificatória ou uma avaliação diagnóstica.

Trazemos nesta pesquisa os seguintes capítulos;Introdução,Avaliação da Aprendizagem, Educação do Campo, Pesquisa de Campo/Metodologia, Resultado e Discussões e as Considerações.

Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Devemos buscamos essa reflexão para ser fortalecida a especificidade do trabalho escolar.

2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Segundo alguns estudiosos sobre o tema as principais formas de avaliação tiveram início em Boston no ano de 1845, por Horace Mann, um educador preocupado com a melhoria na qualidade do ensino. Nesse período os alunos eram apenas avaliados por meio de observação. Com o aumento expressivo da população de alunos, esse método já não seria mais eficiente, sendo assim foi necessário criar uma maneira de fazer um novo método de avaliação. Foi nesse período de crescente população de alunos que foram elaborados os testes escritos. Segundo Luckesi (1998), o termo avaliar tem origem no latim e provém da composição a – *valere*, que quer dizer “dar valor a ...” Sabendo que no campo educacional, a avaliação têm como principal objetivo de atribuir uma nota aos seus educandos ou até mesmo uma forma de seleção.

No contexto atual, as praticas avaliativas na maiorias dos casos são instrumentos de controle das instituições de ensino, para a atribuição de pontos ou notas e fazer uma certa separação de quem aprendeu e de quem não aprendeu. A nota ou ponto para representar então como o principal objetivos para aplicação dessas avaliações. Percebemos que muitas das situações essas formas de trabalhar, acaba sendo excludente, não trazendo consigo uma avaliação mediadora que compreenda o estudante como um todo não apenas por uma nota que lhe foi atribuídos, pois sabemos que uma nota baixa ou uma nota alta não determinará o quanto aquele individuo assimilou do conteúdo que outrora fora lhe passado.

Avaliação de Aprendizagem vem sendo discutida por vários teóricos, onde é possível analisar as diversas formas que podemos usar esse instrumento na vida escolar dos educandos de forma que haja uma aprendizagem significativa durante esses processos.

Avaliar para promover significa, assim, compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica, visando a promoção moral e intelectual dos alunos. O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos,

sem perder a observação do conjunto e promovendo sempre ações interativas (HOLFFMANN, 2004, p.18).

Philippe Perrenoud (1999), coloca a pragmática da avaliação em discussão trazendo em seu discurso quais objetivos principais dessa avaliação e como ele deve ser utilizada. Nessa abordagem é possível entender que não existe uma avaliação que cabe para uma única pessoa, ou seja, será necessário durante esse processo respeitar o desempenho de cada aluno.

Analisar a pragmática da avaliação é, primeiramente, considerar ações e decisões que ela fundamenta de imediato e que atingem pessoas bem-definidas. Sobre esse ponto. Deve-se evidentemente distinguir as situações: a pragmática da avaliação contínua durante o ano escolar remete, de início, ao andamento da aula, à progressão do programa, à manutenção da ordem, às vezes à individualização das aprendizagens ou certas ações de remediação. (PERRENOUD,1999,p.53)

Segundo Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem está sendo posta como um processo de seleção dos indivíduos, não levando em conta o papel do ensino e aprendizagem. Entendo que Luckesi (1999) , Perrenoud (1999) e Hoffmann (2004) não estão na defesa da extinção desse método, porém os mesmos defendem que eles dever ser aplicados na forma que seja um instrumento de mediação, promoção, para que não haja uma injustiça social como métodos avaliativos que não levem em conta o aprendiz do indivíduo como um todo.

(...) sociologicamente, a avaliação da aprendizagem, utilizada de forma fetichizada, é bastante útil para os processos de seletividade social. Se os procedimentos da avaliação estivessem articulados com o processo ensino-aprendizagem propriamente dito, não haveria a possibilidade de dispor-se deles como se bem entende. No caso, a sociedade é estruturada em classes e, portanto, de modo desigual; a avaliação da aprendizagem, então, pode ser posta, sem a menor dificuldade, a favor do processo de seletividade, desde que utilizada independentemente da construção da própria aprendizagem. No caso, a avaliação está muito mais articulada com a reprovação do que com a aprovação e daí vem a sua contribuição para a seletividade social, que já existe independentemente dela. A seletividade social já está posta: a avaliação colabora com a correnteza, acrescentando mais um “fio d’água”. (LUCKESI, 2011, p. 44)]

Analizando alguns teóricos como, Luckesi (2011) , Perrenoud (1999) e Hoffmann (2004), entendem que o processo de avaliação da aprendizagem é um dispositivo carregado de significação, e não um mero instrumento de mensuração ou classificação. Existe várias formas de avaliação da aprendizagem, que complementa a outra, por isso a importância de não adotar apenas uma, sempre levando em conta que todo esse processo avaliativo deve acontecer de forma contínua em todo decorrer do ano.

De fato, o ideal seria a inexistência do sistema de notas. A aprovação ou a reprovação do educando deveria dar-se pela efetiva aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários, com o consequente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções. Entretanto, diante da intensa utilização de notas e conceitos na prática escolar e da própria legislação educacional que determina o uso de uma forma de registro dos resultados da aprendizagem, não há como, de imediato, eliminar as notas e conceitos da vida escolar. Em função disso, é possível pedagogicamente (não administrativamente) sanar esta dificuldade pelo estabelecimento de conhecimentos, habilidades e hábitos mínimos a serem adquiridos pelos educandos e pelo encaminhamento do ensino a partir dessa definição. (LUCKESI, 2011, p.56)

Compreendemos que o uso da prática classificatória da avaliação se posiciona de forma antidemocrática, já que sua trajetória não encaminha uma tomada de decisão para o avanço ao crescimento. É importante ser considerado as diferenças existentes em cada indivíduo seja ele no âmbito social ou cultural para que esses processos de ensino aprendizagem tenha um êxito satisfatório. A avaliação da aprendizagem irá dar-se-á em seu sentido pleno no momento que os educadores entendem qual o sentido pleno da avaliação. Entendemos que no momento que as políticas públicas investem pouco na educação essa perspectiva de um melhor processo de ensino aprendizagem tornar-se cada mais longe que alcançar as metas desejadas. Avaliação está presente em nosso cotidiano, a todo tempo estamos sendo avaliados, não é diferente no ambiente escolar, nesse espaço encontramos diversas formas de avaliação, entre elas destacamos:avaliação formativa, diagnóstica e somativa.

2.1- AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa, de acordo com Haydt (1997), tendo a função de controlar, é realizada durante todo o ano letivo. Por intermédio dela o educador identifica se os educandos estão aprendendo de forma processual e gradativamente os objetivos previstos de cada etapa da aprendizagem.

A avaliação formativa têm como objetivo principal o foco do processo de ensino-aprendizagem. Alguns estudiosos classificam essa modalidade avaliativa como avaliação formativa diagnóstica, alguns teóricos acreditam que a avaliação formativa englobe outros tipos de avaliação já que ela ocorre em todo o processo educacional.

A avaliação formativa busca aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem buscando o uso das informações levantadas por meio das ações avaliativas. Essa modalidade de avaliação têm semelhança com a avaliação diagnóstica que busca focar as dificuldades possíveis encontradas durante a aprendizagem para logo em seguida corrigi-las. Devido o fato de acontecer durante todo o processo de ensino e aprendizagem, esse tipo de avaliação é caracterizado por possibilitar a aproximação com o conhecimento trocados entre os professores e alunos.

2.2 – AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica tem como sua prioridade os processos de ensino e aprendizagem, não tendo como sua finalidade atribuir notas e não havendo hierarquizações. Esse tipo de avaliação vem como uma opção para maior entendimento da assimilação dos conteúdos expostos muito mais além que só busca os erros e acertos.

Com o intuito de chegar na matriz do problema, permite identificar em qual etapa — ou em quais etapas — do processo de aprendizagem ocorreu uma incompreensão por parte dos discentes, permitindo solucioná-los.

Sendo assim, esse modelo de avaliação é largamente utilizado por escolas e professores que, do início ao fim do ano letivo, querem perceber em qual momento do caminho aquele determinado aluno parou de compreender os conteúdos ou enfrentou dificuldades em assimilá-los.

A avaliação diagnóstica têm como prioridade os processos de ensino e aprendizagem, não tendo as notas como fator determinante para seu desenvolvimento. Esse modelo de avaliação é bastante utilizado por unidades educacionais e professores, sempre priorizando a aprendizagem do início ao fim de cada ano letivo. Não tendo uma característica punitiva esse tipo de avaliação busca identificar as dificuldades na aprendizagem dos educandos com isso será possível organizar novas metodologia para que possa ocorrer novas intervenções pedagógicas específicas para que possa ser tiradas as dúvidas desses alunos.

2.3 – AVALIAÇÃO SOMATIVA

Esta modalidade de avaliação é utilizada com o formato de controlar os conteúdos assimilados ao final do ano letivo. Essa forma de avaliação tem como o objetivo principal verificar o que o educando assimilou, vale salientar que esse tipo de avaliação é a que mais causa danos aos educandos muitas vezes trazendo grande traumas.

A avaliação somativa têm como finalidade básica buscar a classificação dos alunos, sendo aplicada ao final da unidade de ensino, dessa maneira classificando os alunos de acordo com os níveis de aproveitamento obtidos nessas avaliações. Vemos essa modalidade de avaliação como a mais falha dentre outras, pois com esse tipo de avaliação podemos trazer vários danos para a vida dos educandos ao atribuir uma nota, que não servirá de fato para averiguar o que foi assimilado por esses indivíduos que foi submetido ao tal exame.

Acreditamos que muito dos conhecimentos têm como possibilidades de ser demonstrados em debates em sala de aula nos debates levantados pelos educadores ao mesmo tempo sendo respeitadas as distintas opiniões levantadas pelos os alunos.

3. DAS NOTAS ÀS COMPETÊNCIAS: NOVAS FORMAS DE CLASSIFICAR E /OU EXCLUIR?

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC é um documento contemporâneo que vem contribuir para o melhor ajustamento entre as políticas públicas e as ações, seja ela municipal, estadual ou federal, ações referentes à avaliação, formação de professores e a seleção dos conteúdos. A BNCC nos mostram que os educandos devem ser capazes de dominar as competências para serem utilizadas no seu dia-a-dia. Ela também indica que as unidades escolares desenvolvam os educandos não só intelectual, mas também no intelectual, social, físico, cultural e emocional, tendo com isso as dimensões essenciais. O documento traz em sua organização dez competências para a Educação Infantil, anos finais e iniciais do ensino fundamental que devem ser atingidas pelos alunos ao final de cada ciclo de aprendizagem. Sabemos que é muito importante que não só professores e alunos saibam dos direcionamentos das BNCC, mas também seus pais ou responsáveis. Confira as dez competências trazidas pela BNCC: 1-Conhecimentos; 2-Pensamento científico, crítico e criativo; 3- Repertório cultural; 4-Comunicação; 5-Cultura digital; 6-Trabalho e projeto digital; 7-Argumentação; 8. Autoconhecimento e autocuidado; 9-Empatia e cooperação; 10- Responsabilidade e cidadania. Logo abaixo o INEP, nos apresenta uma tabela com as dez competências, e a definição de cada uma delas.



Fonte: site do INEP, disponível em: <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/futuro/novas-competencias-da-base-nacional-comum-curricular-bncc/79>. Acesso em 01/05/2019.

Todas as habilidades possuem áreas que colaboram para o aprendizado e cada aspectos específicos que cada aluno deverá desenvolver em relação a cada competência. A execução dessas competências devem ser desenvolvidas por vários autores sociais como os alunos, secretarias de educação, familiares, professores, sociedade gestores e sociedade em geral.

A BNCC traz indicação das competências como base para as orientações pedagógicas. Diante dessas indicações trazendo a clareza do que os educandos devem “saber fazer” levando em conta as habilidades, atitudes e valores para resolução de problemas em seu viver diário. O documento também carrega indicação para a educação integral, reconhecendo com isso que a educação básica visa a formação integral do desenvolvimento humano. Inerente a duração de toda vida escolar, a BNCC nos mostra que a educação integral está relacionada a construção intencional dos processos educativos.

4. EDUCAÇÃO DO CAMPO

Em 1996, é sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), trazendo um artigo específico acerca da oferta de educação aos povos do campo (Art. 28), que determina a adequação da educação e do calendário escolar às singularidades da vida rural.

No seguinte ano, o tema abordado junto aos Movimentos Sociais ganham notoriedade com o “I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária” (I ENERA). Tal momento e dado o início do Movimento de Educação do Campo em nosso país, onde se firmou um grupo atuante nas políticas fortalecedora para uma educação para a população do campo de qualidade.

No ano seguinte, as discussões junto aos Movimentos Sociais ganham espaço com a realização do “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (I ENERA). Esse momento é concebido como início do Movimento de Educação do Campo no Brasil, onde se consolida um grupo atuante nas discussões por uma educação de qualidade para os povos do campo.

Historicamente a trajetória da educação desenvolvida no meio rural relatada que os indivíduos do campo foram tratados de qualquer forma e até hoje trás consigo resquícios imateriais e materiais de situações de complemento abandono. Desde modo, não faz sentido abordar a educação no/do campo observando apenas o período vigente, desconsiderando todo seu processo de constituição. De acordo com Souza (2011), a luta por uma educação voltada para os camponeses surge justamente com a luta pela terra, ações que foram empreendidas por meio de movimentos sociais. Segundo Fernandes (2006), a compreensão da origem do conceito de educação do campo dá-se por meio da compreensão da maneira pela qual essa educação nasceu, que seja, das demandas dos movimentos camponeses em busca da construção de uma política educacional para os assentados da reforma agrária.

A educação do campo em relação as outras modalidades de educação ainda é muito recente. Essa modalidade de ensino nasceu a partir das necessidades de levar a Educação formal para um grupo da sociedade que vivem na zona rural. Esse termo Educação do Campo é muito recente, em seu processo de criação inicialmente ganhou o nome de educação rural, porém esse termo sempre foi carregado de coisas negativas,

como algo atrasado por está inserido no contexto rural. Em 2004 passou-se adotar Educação do Campo.

Desse modo compreendemos que esse modelo de educação nasceu de um processo de reivindicação por melhorias e por mudanças na realidade do campo brasileiro. Sabemos que não é suficiente apenas a compreensão da educação do/no campo espaço e competência das unidades escolares que se comprometem a ofertar essa modalidade de educação.

A educação do Campo desde sua criação têm sido historicamente marginalizada nos fomentos de políticas públicas. Sendo tratada como políticas compensatórias, seu público raramente são objetos de pesquisa na academia, deixando de lado a execução de currículos voltados para esse grupo de pessoas que vivem nesses locais afastados muitas vezes dos grandes centros urbanos.

Não é suficiente entender a educação do/no Campo no contorno e habilidade das escolas que mira oferecer essa modalidade de ensino de educação. Sabendo que o contexto em que vivem os camponeses, representado na Educação do Campo é de suma importância e analisar como se dar as necessidades de uma educação direcionada para esse grupo de indivíduos, é de grande valia para os mesmos a construção dessa modalidade em parceria com o Poder Público, movimentos sociais, sociedade civil, intelectuais e até mesmo os próprios camponeses. Dessa maneira, Caldart (2002^a, p.22) afirma que “[...] não há como verdadeiramente educar os sujeitos do campo sem transformar as circunstâncias sociais desumanizantes, e sem prepará-los para serem os sujeitos destas transformações”. De tal maneira a Educação do Campo irá construir indivíduos conscientes de sua condição, sendo capazes de se posicionar a favor de seus interesses, com isso buscará uma comunidade mais justa, fugindo assim do modelo desigual que viemos presenciando ao longo dos anos.

Em um cenário que historicamente a Educação do Campo foi desassistida sofrendo como se fosse uma grande mazela no sistema de ensino o Programa Escola Ativa – PEA, veio para melhorar essa modalidade de ensino em nosso país.

As propostas para a Escola Ativa surgiram em meados do século XIX e início do século XX, o processo histórico do PEA sofreu várias mudanças no âmbito da Política

Educacional, o primeiro movimento surgiu na Europa. Em meados de 1882, foi trazido para nosso país por Rui Barbosa.

Vale salientar quais são fatores que fez-se necessário para a implementação desse programa. Podemos elencar a necessidade de políticas voltadas para as áreas com baixa densidade demográfica principalmente na Zona Rural, como isso apresentando um menor número de alunos matriculados. Outro fator determinante foi modo de vida dessa população que vivem nesses lugares pouco habitados com grande dificuldades para o deslocamento do campo para as cidades. Mediante essa problemáticas, vale ressaltar a questão de transmissão de dos conteúdos que era gerado de forma não satisfatória por motivos das especificidade daquele grupo de indivíduos ali existente. Com isso tornando a educação dos camponeses precária.

Diante de tantas problemáticas, vale também ressaltar a questão da carência de docentes na Zona Rural, muito deles se quer possui formação adequada para exercer tal função.

De acordo com Caldart (2004), a partir da 1º Conferência Por Uma Educação Básica do Campo, a educação ganhou um novos rumos de lutas e formatos de pensar acerca da educação para um grupo da população brasileira que trabalha e vive no campo, com isso foi possível consolidar uma Educação do Campo e não mais um educação rural para o meio rural, respeitando com isso aqueles sujeitos que ali encontrava-se inseridos com sua diversidade cultural de saber, suas memórias e histórias.

Mesmo tendo sido criada essa modalidade de educação, percebemos que ela não se adequa a esse público. É recorrente uma perspectiva voltada para pessoas da zona urbana, esquecendo todo contexto social e cultural que aquele indivíduo encontra-se inserido. Contudo sabemos que a realidade do campo não é a mesma da cidade. As escolas do Campo são tratadas com descaso, daí nasce as salas multisseriadas, ocasionando dificuldades naquelas pessoas que ali encontra-se inseridas. No que se refere educação das populações camponesas, cujo sistema, na maioria é composto por salas multisseriadas, consideramos fundamental conceituá-las. Em nossas pesquisas nos deparamos com várias percepções de sala multisseriadas, buscamos na compreensão de Hage (2011, p. 99-100) que define essas classes como o “lugar onde um único professor atua em várias séries e são espaços localizados em pequenas comunidades rurais,

afastadas da sede do município, apresentando infraestrutura precária e a população atendida não atinge uma demanda suficiente para formar turmas por série”.

Diante de tal contexto, o processo avaliativo das salas multisseriadas apresenta-se de forma complexa, dificuldade encontrada na ação do educadores em suas capacidade de avaliar uma sala com ciclos diferentes e ritmos diferenciado de cada aluno.

As salas multisseriadas buscam unir todos os alunos matriculados na unidade escolar independente o nível escolar e muita das vezes em um pequeno espaço, ou seja, em uma mesma sala. Santos (2010), aponta que normalmente essas classes seguem a estruturação seriada.

Basta dizer que a única política pública implementada pelo Estado brasileiro para as classes multisseriadas, em nível nacional, é o Projeto Escola Ativa, desenvolvido a partir do ano de 1997, mas que se configura como uma ação isolada e se alicerça numa concepção política e pedagógica que não tem resistido às inúmeras críticas que lhe tem sido direcionadas (SANTOS & MOURA, 2010, p. 37).

Sem uma formação específica, sem informação sobre as classes multsseriadas, muitos educadores e coordenadores se sentem sem rumo e sem saber como lhe dar com essas especificidades da Educação do Campo, com isso torna-se complexo a elaboração de uma proposta educacional que atendem esses indivíduos. Não tendo o domínio sobre essa especificidade, eles acabam elaborando uma proposta semelhante as escolas urbanas. Sabemos que esse modelo e desastroso para aqueles indivíduos que ali encontra-se inseridos, cujas as realidades são distintas daqueles que estão inseridos no meio urbano.

Buscando práticas de construção educativas em escolas do campo, devemos nos basear em diferentes iniciativas que apontem uma melhor qualidade de vida, sempre trabalhando o espaço que o mesmo encontra-se inseridos, buscando elevar a auto-estima desses camponeses ou camponesas . Nessas situações que metodologia devemos adotar ?

Para o fortalecimento dessas comunidades podemos desenvolver aulas no campo usando instrumentos utilizados no cotidiano desses indivíduos tais como: aulas no próprio campo dentre outro recursos que podemos alcançar tais objetivos.

A Educação do Campo foi criada especificamente para atender aqueles grupos de pessoas que ali vivem; índios, camponeses, quilombolas, assentados, lavradores entre outros grupos.

No processo de construção dessa idéia, foram realizados estudos e pesquisas a respeito das diferentes realidades do campo. A partir dessa práxis, começamos a cunhar o conceito de Educação do Campo. Esse processo começou com a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998. Com a realização da II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, em 2004, já estamos vivenciando uma nova fase na construção deste paradigma (MOLINA, 2003. p.12).

A Educação do Campo foi criada para atender as especificidade desses indivíduos que ali encontra-se inseridos, uma educação que de fato atenda todas as necessidades desses educandos, uma prática que trate esse grupos de pessoas como de fato devem ser. Com essa modalidade de ensino, não será necessário haver aquele deslocamento desses grupos para buscar educação nos centros urbanos. Por muito tempo vimos que o campo foi tratado como lugar de atraso, por tais motivos esse formato de educação têm andado em passos lentos, sem muitas perspectivas de crescimento, pelo contrário, todos os dias vemos nos noticiários fechamento de escolas do campo, por motivos variados que não cabe citar em dado momento.

Historicamente, o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. Os tímidos programas que ocorreram no Brasil para a educação rural foram pensados e elaborados sem seus sujeitos, sem sua participação, mas prontos para eles. (MOLINA, 2003. p.9)

Mediante as tantas coisa negativas que as classes multisseriadas carregam ao longo dos anos, entendemos que esse modelo de ensino não dispõem de uma políticas pública que compreenda as especificidade desse grupo de educandos que encontra-se inseridos de forma heterogênea nessas sala, quase sempre tendo que ser moldado a currículo usado nos centros urbanos, com isso não levando em conta todo o contexto cultural e social que esses indivíduos encontra-se inseridos.

Os saberes docentes dos professores de classes multisseriadas construídos cotidianamente nas suas salas de aulas, as suas histórias de vida, etc. – merecem ser melhor investigadas para que se produza e sistematize um conhecimento acadêmico capaz de influenciar na formulação e desenvolvimento de políticas públicas (de formação de professores, de reformulação curricular, de produção de materiais didáticos, etc) que acolham, incentivem e aperfeiçoem o trabalho desenvolvido nas classes multisseriadas (SANTOS, 2010, p.13).

Ao tratar de Escola do Campo e sala multisseriadas não podemos deixar de lado o Programa Escola Ativa, que foi uma das molas propulsoras para essas modalidades de ensino. Esse programa foi implementado no Brasil em 1997, pelo Ministério da Educação, cujo presidente em exercício daquele ano era Fernando Henrique Cardoso. A finalidade desse programa foi melhorar o rendimento dos alunos inseridos nas salas multisseriadas na zona rural, uma das mais lastimáveis situações existentes em nosso país. Inicialmente o projeto piloto atendeu a 69 escolas das Regiões, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde era mais evidente essas condições de ensino. Em 2009 o programa foi reformulado, sendo levado para todos os Estados e Municípios por meio da adesão via PAR – Plano de Ações Articuladas.

Compreendendo a dificuldade com o trabalho em salas multisseriadas o Programa Escola Ativa nasce com a necessidade de apoiar os professores a lidar com diferentes ritmos de aprendizagens e de desenvolvimento pessoal, com isso oferecendo auxílio nas atividades para se desenvolverem de forma satisfatória. Na Zona Rural o PEA tem como objetivo principal desenvolver condições para a realização de trabalho com as diferentes regiões de nosso país. Com isso quebrando tabus sobre o olhar preconceituoso sobre o espaço rural.

De acordo com o Ministério de Educação "O programa Escola Ativa busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores" (BRASIL/ME, 2010a:11).

Salientamos que o Programa Escola Ativa representa um grande avanço na questão das políticas públicas brasileiras para as salas multisseriadas do campo e na

esfera de formação continuada, pois foi mediante a esse programa que foi possível a comprovação da única ação voltada para esse público na época. Seus avanços ocorreram principalmente nos dez anos após sua criação. Embora a pesquisa aqui apresentada não tenha sido realizada em uma escola com sala multisseriadas, trazemos esse recorte para se torne mais fácil a compreensão de todo o processo de fortalecimento das Escolas do Campo. Nesta contextualização vale salienta também a questão de avaliação da aprendizagem nessa modalidade de ensino.

Compreendemos que o ato avaliativo é um processo contínuo, extrínseco e intrínseco, que têm seu resultados tanto para os educandos para os educadores. Parte deste princípio os atores sociais obter o conhecimento de quais objetivos norteia a avaliação, para só assim deixar de lado o conceito que a avaliação só têm a finalidade de atribuir nota ou conceito ao um determinado indivíduo. Pois e corriqueira essas concepções vinda tanto do alunos como dos professores. Acreditamos que a avaliação de aprendizagem deve trazer consigo a função contínua e diagnóstica para só assim ter a compreensão dos educandos como um todo e não por partes.

Entendemos que a avaliação é um instrumento propulsor do conhecimento, cujo objetivo e a contribuição para a formação do educando tanto para a formação com um cidadão como na apropriação do conteúdos ministrados em salas de aula. Em se tratando de avaliação nas Escolas do Campo precisamos seja em elas em salas multisseriadas ou não precisamos unir essas práticas em conjunto com o currículo, não abandonando o planejamento escolar, pois será de grande importâncias a junção do conhecimento tanto para vida desse indivíduos como para a inteiração com o Campo o meio que os mesmos encontra-se inseridos. Educação do Campo é uma modalidade de ensino que vem sendo construída pelos movimentos da população camponesa.

5. PESQUISA DE CAMPO/METODOLOGIA

O campo do estudo foi uma instituição de ensino no qual foi realizada a pesquisa de campo, onde a mesma pertence à rede municipal da cidade de João Pessoa, sua localização se dar no litoral sul da Paraíba, atende da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e II, e ainda dispondo ainda a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA. Em sua configuração estrutural podemos dizer que ela atende as necessidades básica de uma escola, dispondo de água, luz e coleta de lixo. A escola possui 22 salas de aula sendo utilizadas, e 300 alunos matriculados.

A escola citada possui salas das especialistas (supervisora e psicóloga), sala de professores, laboratório de informática, cozinha, biblioteca, quadra de esportes coberta, banheiro, sala de recursos, sala de professores e refeitório. A maior parte do público que a unidade escolar atende parte das colônias de pescadores, devido sua aproximação de várias comunidades caiçaras. Desse modo a escola acima citada se enquadra no O Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional na Reforma Agrária – PRONERA.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p. 01).

O Decreto 7.352, de 04 de novembro de 2010, nos possibilitou a mudança do conceito de campo, que hoje se trata de não ser apenas um perímetro não urbana, mas como encontra-se inseridos no contexto social e cultural, e como se estabelece suas relações humanas.

A metodologia utilizada para neste estudo foi à pesquisa qualitativa, que nos possibilitou aprofundar o tema em questão, tendo como sua fase inicial a pesquisa bibliográfica, que após ter selecionado o referencial teórico, partimos para o segundo momento que foi a pesquisa de campo na escola acima citada. Para Minayo (2008), os métodos quantitativos têm o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências

observáveis, ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Diferente dessa perspectiva, a pesquisa qualitativa tem como objetivo (investigar a natureza dos fenômenos sociais [...] tendo em vista que as situações complexas tratadas por essa abordagem não podem ser simplesmente mensuradas para serem compreendidas em sua essência “(TRILHAS, 2011, p. 336).

Usamos também a pesquisa exploratória, que tem como finalidade uma tentativa de estabelecer bases que levarão a estudos futuros do tema aqui proposto, ou determina o que já está sendo analisado ao mesmo tempo pode se explicado sob base de uma teoria já existente.

Pequisa exploratória é quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 51-52).

Conforme explicado acima vale salienta que o pilar da pesquisa exploratória é levantamento bibliográfico. Mas, em cima disso,destacamos os questionários realizado com as educadoras que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Os sujeitos da pesquisa foram três professoras, sendo do 1º, 2º e 3º ano, no qual foi aplicado um questionário contendo dez (10) perguntas abertas acerca do tema abordado. Essas professoras estão sendo referencias pelos dos códigos PA, PB e PC. A professora PA têm dez anos no exercício da profissão, sendo 4 anos na escola, a mesma têm licenciatura em Pedagogia. A educadora PB têm 16 anos de atuação,na escola pesquisa atua apenas há três meses. A docente PC tem 20 anos de atuação na docência sendo cinco anos na escola pesquisada. Nosso objetivo foi de verificar as concepções da avaliação da aprendizagem para esses educadores, qual a reflexão os mesmo fazem acerca da avaliação.

Quanto a aplicação do questionário, foi solicitado previamente a autorização da coordenação da escola, logo em seguida foi submetido a disponibilidade dos professores nos anos em questão, que de imediato aceitaram participar desse processo de pesquisa.

Fazendo uma análise do questionário aplicado a cada professora, percebemos que não é nada fácil a tarefa de avaliar, para isso trazemos uma breve reflexão acerca da avaliação de acordo do os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997, p.59).

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e sobre a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender.

Todas as questões propostas no questionário foram respondidas com clareza utilizamos a BNCC e PCN como referência para problematizar as respostas dada pelas professoras citadas.

O instrumento de pesquisa, no caso os questionários , não contar com informações sociodemográficas, pois não há preocupação em ressaltar a historicidade do fenômeno, o que poderia ser ressaltados com informações sobre idade e tempo em sala de aula de cada educador. O que nos interessou com essa pesquisa foram as formas avaliativas que essas educadoras usam e qual sua significação para as mesmas. Buscamos com essa investigação compreender como se dá a avaliação e qual o nível de conhecimento sobre avaliação da aprendizagem que as educadoras detém e como elas estão colocando em prática esses conhecimentos para seus educandos.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscaremos neste capítulo trazer a discussões com os dados coletados, apresentando as concepções de avaliação da aprendizagem trazida pelas as participantes. Os questionários aplicados contêm dez perguntas, nas quais usarei algumas para dialogar com os principais autores aqui citados:

A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e sobre a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender (BRASIL, 1997, p.59).

As questões foram respondidas com clareza e analisadas, tendo como princípio os objetivos do estudo e a questão problematizadora, em face ao arcabouço teórico. Quando perguntadas como era entendida a definição de avaliação da aprendizagem tivemos as seguintes respostas:

Um momento de verificar a aprendizagem dos alunos, que deve ser processual (PA 2019).

Avaliação é uma sondagem dos conhecimentos ds alunos, que deve ser processual e utilizar materiais diversificados (PB 2019).

Processual e com suas especificidades em relação a idade e ano do estudante (PC 2019).

A avaliação da aprendizagem tem como objetivo principal criar mecanismos para que possamos alcançar resultados desejados, que e a qualidade do aprendizado dos educandos. Para que isso aconteça será necessário dar oportunidades para os alunos mostrem suas singularidades.

Em seguida, questionamos as educadoras qual era o objetivo das avaliações. Obtivemos como respostas:

Verificar avanços no processo de ensino-aprendizagem (PA 2019).

Perceber o que o já consegue fazer ou aprendeu para poder ajudá-lo a avançar com seu processo de aprendizagem. Como também serve para diagnosticar se as estratégias utilizadas pelo professor estão dando resultados (PB 2019).

Identificar a fase do processo na aquisição de suas necessidades a serem desenvolvidas, aprimoradas e o que no processo de aprendizagem foi alcançada (PC 2019).

Compreendemos que a avaliação representa um trabalho com participação de alunos e professores e de toda uma comunidade educacional na busca de uma melhor aprendizagem e têm como função uma melhor qualidade de ensino. Nessa perspectiva a avaliação deverá ter caráter mediador para que haja uma maior reflexão durante todo esse processo.

Perguntamos também quais os instrumentos avaliativos elas utilizam durante todo o ano, as respostas foram:

Observação, atividades orais e escritas (PA 2019).

Observação, atividades de escrita espontânea, jogos e comparação de atividades realizadas ao longo do bimestre (PB 2019).

Produção de textos, diálogos, atividades cotidianas registradas ou expostas coletivamente/individualmente. Por vezes também aplica-se uma atividade avaliativa com os principais conteúdos bimestrais (PC 2019).

Os objetivos da avaliação é o de orientar o professor em relação a seleção dos conteúdos e escolher estratégias de ensino e a elaboração de instrumentos para avaliação de desempenho do estudante e seu próprio (GIL, 2008).

Perguntando sobre o que as educadoras objetiva em relação a avaliação, obtivemos as seguintes repostas:

Geralmente as avaliações ocorrem de maneira processual, porém em alguns momentos faz-se necessário avaliações com objetivos de elaborar relatórios (PA 2019).

Perceber se o aluno está compreendendo o que vem sendo abordado em sala, se ele avançou desde a última avaliação. Para a partir do resultado planejar aulas seguintes (PB 2019).

Verificar o conhecimento assimilado durante o processo do tempo em que o conteúdo foi aplicado, e repensar novas práticas relação ao ensino (PC 2019).

A avaliação carrega como objetivo principal pré-determinar a caminho a ser traçado pelo educador, tendo o planejamento para suas ações educativa. Seguindo essa perspectiva será estabelecido os limites para que seja possível o processo de ensino e aprendizagem de forma eficaz e eficiente. Esta metodologia pode ser considerada como início para ser desenvolvido durante todo o ano letivo.

Anotar, observar, planejar, envolvendo todos os alunos no processo de avaliação deverá ser uma maneira de compreender seu entendimento sob os conteúdos assimilados. Quando os resultados das avaliações são obtidos como deveremos apresentar os resultados? De acordo os especialistas devemos apresentar os resultados a quatro público:

Segundo Luckesi (2002),

A avaliação interessa a quatro públicos: • ao aluno, que tem o direito de conhecer o próprio processo de aprendizagem para se empenhar na superação das necessidades; • aos pais, corresponsáveis pela Educação dos filhos e por parte significativa dos estímulos que eles recebem; • ao professor, que precisa constantemente avaliar a própria prática de sala de aula; • à equipe docente, que deve garantir continuidade e coerência no percurso escolar de todos os estudantes.

De acordo com as professoras questionadas sobre quais medidas tomadas após os resultados das avaliações tivemos as seguintes respostas:

Elaborar atividades que supram as deficiências de aprendizagem dos nossos alunos (PA 2019). Planejar as aulas a partir dos resultados da avaliação, buscando estratégias variadas para contribuir no processo de aprendizagem da criança (PB 2019) Levantar os dados em relação ao desempenho (alcançado – parcialmente alcançado – não alcançado) de cada estudante e repensar novas estratégias para colaborar com a aprendizagem (PC 2019).

Quando perguntadas se os métodos utilizados eram suficientes para denominar o valor real da aprendizagem tivemos as seguintes respostas:

Sim, as observações no processo nos dá margem para dá resultados (PA 2019). Não acredito que haja um método ideal para avaliar a real aprendizagem de cada aluno. A avaliação tem que ser um processo diário e com atividade diferentes e contextos diferenciados. Acredito

que dessa forma nos aproximamos da realidade (PB 2019). Os métodos não são suficientes em si, avaliar na minha concepção é acompanhar, conhecer, dialogar (PC 2019).

Para Antunes (2008, p. 8) “A avaliação da aprendizagem não constitui, assim, matéria pronta, discussão finalizada, teoria aceita”. Pois para ele o processo avaliativo vai bem mais além, o professor precisa analisar de todas as formas o cotidiano levando em conta suas reflexões das ações planejadas.

Seguindo as diretrizes, a avaliação deverá contemplar a evolução de cada aluno ao longo do ano letivo. Nesse sentido e de suma importância que tanto o coordenador como o professor atuam observando o cotidiano de cada sujeito, para que seja possível planejar a melhor forma de intervir para aprimorar o processo de ensino- aprendizagem de cada aluno, sala ou escola.

Abordada a pergunta no questionário aplicado nesse estudo, perguntamos as educadores se elas aplicavam as avaliações com base na BNCC, das três questionadas, obtivemos apenas duas responderam: Não (PA 2019) e Sim (PB 2019).

Constamos que as respostas foram bem sintetizadas sem nenhuma reflexão. A avaliação durante esse período não é o da aprovação ou promoção, é o de procurar acompanhar cada educando para observar o quando cada aluno avançou e onde deveremos atuar para aprimorar sua aprendizagem. Dentro das perguntas realizadas, questionamos com que frequências as docentes costumam fazer suas avaliações e tivemos as seguintes respostas:

Diariamente observando as atividades e procedimentos na realização das atividades e semestralmente avaliações escritas (PA 2019). Como a avaliação é um processo, avalio no dia-a-dia, mas mensalmente faço um levantamento mais apurado no nível das crianças (PB 2019) É um processo contínuo, porém ao perceber um conjunto de conteúdos se faz necessário uma avaliação formal e sintetizada (PC 2019). Diariamente observando as atividades e procedimentos na realização

De acordo com as repostas dadas para as docentes e de compreensão de toda e dos teóricos que a avaliação deverá ser um procedimento com processo contínuo.

A avaliação deve ser um processo contínuo e de caráter formativo, que deve partir do professor, orientado pela equipe gestora da instituição, e contemplar aspectos que lhe permitam conhecer profundamente seus alunos e a si mesmo, contribuindo para a revisão de suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de ensino no âmbito da Educação Infantil (FARIA; BESSELER, 2014, p. 164).

Entendemos que a avaliação da aprendizagem é caracterizada como processual, participativa, contínua, investigativa e diagnóstica, sendo contínua e processual para esta diretamente ligadas a concepção do conhecimento e currículo como a composição histórica, peculiar e coletivo de cada indivíduo.

Dentro das perguntas propostas no questionário, perguntamos qual seria a melhor para avaliar o desempenho do aluno, logo abaixo temos as respostas;

Observando o processo e também realizando intervenções pontuais (PA 2019). Não existe uma forma única, uma fórmula ideal. Acredito que devemos observar e conhecer nossos alunos e encontrar a melhor estratégia para fazer-los avançar, bem como avaliá-los. Podemos propor várias formas de avaliação (jogos, tarefa, brincadeiras, etc) (PB 2019). Tendo atenção e compreensão do processo de aprendizagem em suas especificidades, cada criança/estudante tem sua maneira e ritmo no entendimento dos conhecimentos escolares (PC 2019).

De acordo com A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 1996, sinaliza que a avaliação seja contínua e cumulativa e que todos os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Da mesma maneira, os resultados obtidos pelos estudantes ao longo do ano letivo devem ser mais valorizados que a nota da prova final. Para que a avaliação seja aplicada de forma eficaz e necessário conhecer cada aluno e compreender suas necessidades. Só assim o professora poderá traçar caminhos para alcançar seus objetivos.

Finalizamos os questionários perguntando as docentes como elas entendiam avaliação no /processo de alfabetização do 1º ao 3º, obtivemos as seguintes respostas:

Eu entendo que deve se dá diariamente observando e analisando os avanços dos alunos no processo (PA 2019).

De 1º ao 3º as crianças estão em processo de descoberta da leitura e escrita, a avaliação deve ser contínua e processual, e servir de parâmetro para o professor planejar suas aulas e fazer intervenções necessárias, de acordo com o nível de cada criança (PB 2019).

Na minha percepção é uma questão que merece observação e compreensão dos diferentes níveis e ritmos deste processo. A

alfabetização é um processo que acontece com uma complexidade de transformação na infância, merece atenção e cuidado (PC 2019).

Compreendemos que avaliação na alfabetização trata-se um processo mediador que visa buscar conhecimento relacionado as dificuldades dos alunos, cabe a cada educador diagnosticar o grau de dificuldades dos educando e como ele consegue através de sua bagagem de experiências saber qual forma qual metodologia mais adequada de ensino deve adotar suprir essas carências posta para cada aluno.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto geral quando perguntamos sobre a avaliação tivemos as seguintes resposta: “avaliar para verificar o quanto o educando assimilou”;; “avaliar para compreender quais foram os avanços alcançados pelos alunos”; “avaliação pode ser diagnóstica dependendo do contexto ou processual”. A compreensão obtida nesta pesquisa foi que as professoras avaliam seus educandos por meio de trabalhos, provas em atividades em grupos ou individuais. Que todas as formas utilizadas para avaliar é singular e, embora existam os documentos oficiais que norteiam essas avaliações cada educador segue sua forma de avaliar. Até porque que os sujeitos têm suas especificidades, sejam elas no contexto social ou cultural, para isso esse processo deverá se moldar a cada indivíduo.

É importante salientar que existem documentos legais que orientam todo esse processo sem ferir a autonomia do professor, sem que nenhum tipo de avaliação seja realizada de forma aleatória, que não corrobore com a construção do conhecimento do aluno. Ao concluir a pesquisa, entendemos que as professoras tentam seguir o direcionamento dos documentos oficiais, embora tenham um pouco de dificuldade. No entanto, percebemos que avaliação faz parte de todo o processo de ensino e aprendizagem das realidades daquelas educadoras, que estão constantemente em busca de sanar as lacunas da aprendizagem ocasionada por algum motivo no percurso educacional.

O desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso, nos oportunizou a experiência de um olhar mais sensível a todo no processo de ensino e aprendizagem no que tange a avaliação, trazendo pra nós a preocupação se está trabalhando nesse processo de forma integral, buscando envolver cada sujeito de forma que seja levado em conta todo processo, respeitando suas dificuldade e singularidades.

E quando se é dado uma avaliação, o professor oportuniza ao educando uma nova chance para ele poder recuperar o conteúdo trabalhado. Ao concluir essa pesquisa observa-se que os educadores tentam seguir a proposta da escola e exige um conhecimento ou uma postura diferenciada. No entanto percebe-se que a avaliação faz parte do processo ensino aprendizagem .

Com base nas respostas apresentadas nos questionários aplicados as professoras, quando o assunto é avaliação, analisamos que os instrumentos avaliativos utilizados por essas educadoras são aqueles baseado em verificar o conhecimento do educando, o quanto o mesmo avançou e o quanto falta avançar. As professoras no contexto geral afirmaram que a avaliação deve ser contínua e processual com observações diárias. Mas as provas escritas continuam sendo o instrumento principal de todo esse processo avaliativo.

8. REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**: fascículo 11–Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei de nº 9394/ 96 20 de dezembro de 1996. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 1996
- BRASIL, **Parâmetros Curriculares nacionais**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 1997. Acesso em 30 mar. 2019.
- BRASIL, **Entrevista Jornal do Brasil**. www.lucksy.com.br/textos/artigos...
Acesso em 30 mar. 2019
- FARIA, A. P.; BESSELER, L. H. **A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas**. Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 155- 169, set./dez. 2014.
- FERNANDES, B. M.; CERIOLI, PL. R.; CALDART, R. S. **Primeira conferência nacional “Por uma educação básica do campo”**. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004
- GIL, Antonio Carlos. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2008..
- HAYDT, Regina Célia Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma pratica em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- CEDERJ, **Revista**: www.educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/teoria-e-pratica-da-avaliacao-da-aprendizagem-escolar

Acessado em 30 de mar. 2019.

BRASIL, **Base Comum Curricular**: www.inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/fu...

Acessado em 01 mai. 2019.

BRASIL, **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010**.

www.portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file. Acessado em 01 maio . 2019.

MONICA, **Artigo**. www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5...

Acessado em 30 mar.2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: compreensão e prática**.

Entrevista concedida ao Jornal do Brasil e publicada em 21 jul. 2000. Disponível

LUCKESI, C.C.. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo:

Hucitec, 2008.

PERRENOUD, Ph. **Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**. Porto

Alegre: Artmed Editora, 1999.

RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis. **Instrumentos de avaliação: reflexões e possibilidades de uso no processo de ensino e aprendizagem**. O professor PDE e os desafios da escola pública paraense. Produção didático-pedagógica. Volume 02. Londrina. 2011

Revista COCAR, Belém. V.11. N.22, p.127 a 153 – Jul./Dez. 2017 Programa de Pós-graduação Educação em Educação da UEPA

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática., e vários autores**, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SOUZA, F. E. As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumento para a valorização do território do camponês?. 2012. 380f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

9. APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR (A)

Caracterização do sujeito da pesquisa

Professor. (a)	Idade	Formação	Tempo de Carreira	Situação Funcional	Tempo de Serviço na escola
1º Ano					
2º Ano					
3º Ano					

1- Como você define a avaliação da aprendizagem?

2- Para você, qual principal objetivo da avaliação?

3- Quais os instrumentos avaliativos você utiliza durante todo o ano letivo?

4- Quando você aplica uma avaliação o que você objetiva?

5- Quais medidas tomadas utilizadas por você após os resultados das avaliações?

6- Os métodos utilizados são suficientes para denominar o valor real da aprendizagem?

7- Você tem conhecimento sobre que tipo de avaliação a Base Nacional Comum Curricular - BNCC esta propondo?

8- Com que frequência você realiza suas avaliações?

9- Qual a melhor forma para avaliar o desempenho do aluno?

10- Como você entende a avaliação no processo de alfabetização do 1º ao 3º ano?



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO** e está sendo desenvolvida por Luciano Antônio de Souza, estudante do Curso de Pedagogia (Educação do Campo) da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, sob matrícula 11320100, e tem orientação da Profa. Dra. Emília Cristina Ferreira Rocha.

A pesquisa é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tem por objetivos aplicação de questionários a professores do 1º, 2 e 3º do Ensino Fundamental.

Solicitamos a sua colaboração para que participe da coleta de dados da referida pesquisa, respondendo a um questionário semi estruturado, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Educação e afins e publicar em revistas científicas e outros meios de divulgação acadêmica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa – PB, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa